

Relatório da Administração

Senhores Associados,

Submetemos a V.S.as as Demonstrações Contábeis do exercício de 2018 da Cooperativa de Crédito dos Proprietários da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcários do Estado do Espírito Santo – Sicoob Credirochas em milhares de reais, na forma da legislação em vigor. As demonstrações contábeis completas estão disponíveis no site Sicoob ES (www.sicoobes.com.br).

1. Política Operacional

Em 2018, o Sicoob Credirochas completou 19 anos, mantendo a vocação de instituição financeira cooperativa muito atrativa para investimentos e para obtenção de crédito. A atuação junto aos Associados se dá pela captação de depósitos, pela concessão de empréstimos e pela prestação de serviços financeiros.

2. Nosso Desempenho

2.1) Resultado

	Em Milhares R\$		Variação
	Jan a Dez/2018	Jan a Dez/2017	
Demonstração do Resultado do Período			
Resultado da intermediação Financeira antes dos Créditos de Liquidação Duvidosa	43.405	32.922	31,84
Despesa de provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	28.249	21.146	33,59
Receita de recuperação de Créditos Baixados como Prejuízo	7.960	2.211	260,02
Receitas de Prestação de Serviços e de Tarifas	12.596	10.388	21,26
Receitas com Ato Não Cooperativo	4.837	3.554	36,10
Despesas com Pessoal, Outras Despesas Administrativas e Operacionais	35.106	29.366	19,55
Despesas Tributárias	600	519	15,61
Outras receitas operacionais e resultado não operacional	7.671	3.445	122,67
Ingressos de Depósitos Interooperativos	15.675	17.904	- 12,45
Juros ao Capital	3.442	4.735	- 27,31
Sobras Bruta	14.014	12.753	9,89

Contribuíram para compor as sobras do exercício de 2018:

Receitas de prestação de serviços e de tarifas bancárias: aumento de 21,26%, o resultado da intermediação financeira aumentou 31,84% e a receitas com ato não Cooperativo aumentou 122,67% em relação ao mesmo período de 2017. Quanto as despesas, a variação das despesas com pessoal e administrativas, em relação ao mesmo período de 2017, foi de 19,55%. A relação entre as receitas de prestação de serviços e de tarifas frente as despesas de pessoal, outras despesas administrativas e operacionais foi de 35,88%. As Sobras Bruta da Cooperativa aumentaram em 9,89% atingindo o montante de R\$ 14.014 mil em 2018.

2.2) Dados Patrimoniais

	Em Milhares R\$		Variação
	Jan a Dez/2018	Jan a Dez/2017	
Balanco Patrimonial			
Ativos Totais	578.668	491.011	17,85
Centralização Financeira	286.175	228.326	25,34
Carteira de Crédito	293.181	261.206	12,24
Depósitos	445.878	373.839	19,27
Patrimônio Líquido	91.527	81.211	12,70
Patrimônio de Referência (PR)	83.671	81.162	3,09

Os destaques para o crescimento da Cooperativa no exercício de 2018:

O total de ativos atingiu R\$ 578.668 mil ao final do exercício de 2018, com crescimento de 17,85% em relação ao mesmo período do ano anterior.

Os valores de centralização financeira que são os valores que Cooperativa tem depositado na administração financeira realizada no Sicoob Central ES atingiu em 31/12/2018 o saldo de R\$ 286.175 tendo assim um crescimento no mesmo período em 2017 de 25,34%. Em 31 de dezembro de 2018 o saldo da carteira de crédito, atingiu R\$ 293.181 mil, com crescimento de 12,24% em relação a 31 de dezembro de 2017. Os depósitos obtiveram um aumento de 19,27% considerando o mesmo período de 2017, atingindo no final do exercício de 2018 o montante de R\$ 445.878 mil. O patrimônio líquido cresceu 12,70% em relação ao mesmo período do ano anterior, atingindo assim o valor de R\$ 91.527 mil.

2.2.1) Carteira de crédito por produto e segregação de PF e PJ

Carteira de Crédito	31/12/2018		31/12/2017			Em Milhares R\$		
	PF	PJ	PF	PJ	Total	Valor total	% Total	
	Total	Total	Total	Total	Total			
Crédito Rural	11.572	203	11.775	12.156	203	12.359	- 584	-4,73%
Empréstimos	32.818	195.298	228.116	28.878	164.053	192.931	35.185	18,24%
Títulos descontados	1.025	37.123	38.148	1.035	41.614	42.649	-4.501	-10,55%
Conta Corrente	3.636	11.506	15.142	2.567	10.700	13.267	1.875	14,13%
Total	49.051	244.130	293.181	44.636	216.570	261.206	31.975	12,24%

3) Pessoas

Contávamos com 129 colaboradores no final de dezembro 2018. A remuneração fixa dos nossos colaboradores e diretores, somada aos seus encargos e benefícios totalizaram R\$ 14.294 mil.

4) Política de Crédito

A concessão de crédito está pautada em prévia análise do propenso tomador, havendo limites de alçadas pré-estabelecidos a serem observados. A Cooperativa realiza também todas as consultas cadastrais e faz a avaliação do associado por meio do Rating (avaliação por pontos), buscando, assim, garantir ao máximo a liquidez das operações. É adotada ainda a política de classificação de risco de crédito da carteira de acordo com as diretrizes estabelecidas pela Resolução CMN nº 2.682. Em dezembro de 2018, houve uma concentração de 78,90 % nos níveis de risco "AA" a "C".

5) Governança Corporativa

Governança corporativa é o conjunto de mecanismos e controles, internos e externos, que permitem aos cooperados definir e assegurar a execução e fortalecimento dos princípios e objetivos da Cooperativa, contribuindo para a sua continuidade.

A gestão da Cooperativa está alinhada em papéis definidos, com clara segregação de funções. Cabem ao Conselho de Administração, órgão superior da administração da cooperativa eleito pelos Associados, as decisões estratégicas e à Diretoria Executiva, a gestão dos negócios da Cooperativa no seu dia a dia.

A cooperativa é monitorada periodicamente quanto à efetivação dos controles internos. Tal monitoramento é realizado pelo Sicoob Central ES que a partir de janeiro de 2011, centralizou esse serviço adotando padrão de qualidade e atuação compatível com a realidade de nossas atividades, sistemas, produtos e serviços. Integra ainda a área de fiscalização a auditoria interna realizada periodicamente por auditor do Sicoob Central ES cuja metodologia e procedimentos aplicados seguem as políticas e manuais aprovados no sistema.

Os balanços da Cooperativa são auditados por auditores externos, que emitem relatórios conclusivos os quais são levados ao conhecimento dos Conselhos e da Diretoria sendo emitidos pareceres para conhecimento da Assembleia Geral. Todos esses processos são acompanhados e fiscalizados pelo Banco Central do Brasil, órgão ao qual cabe tal competência, além da autorização de funcionamento.

Tendo em vista o risco que envolve a intermediação financeira, a Cooperativa utiliza várias ferramentas de gestão. Para exemplificar, na concessão de crédito é adotado o Manual de Crédito, desenvolvido, como muitos outros manuais, pelo Sicoob Confederação, homologado pelo Sicoob Central ES, aprovado e instituído pelo Conselho de Administração da Cooperativa. Além do Estatuto Social, são seguidos regimentos e regulamentos, entre os quais destacamos o Regulamento do Conselho de Administração, o Regulamento do Conselho Fiscal, o Regulamento Eleitoral e o Código de Ética.

A cooperativa ainda adota procedimentos para cumprir todas as normas contábeis e fiscais, além de ter uma política de remuneração de seus empregados e estagiários dentro de um plano de carreira que contempla a remuneração adequada, a segregação de funções e o gerenciamento do desempenho de todo o seu quadro funcional.

Todos esses mecanismos de controle, além de necessários, são fundamentais para levar aos Associados e à sociedade em geral a transparência da gestão e de todas as atividades desenvolvidas pela instituição.

6) Conselho Fiscal

Eleito na Assembleia Geral Ordinária, com mandato de 2 anos, é um órgão independente da administração. Sua responsabilidade é verificar de forma sistemática, como representante dos interesses dos associados, os atos da administração, as atividades e operações da Cooperativa, bem como validar seus balanços mensais e seu balanço patrimonial anual.

7) Código de Ética

Todos os integrantes da equipe do Sicoob ES aderiram, por meio de compromisso firmado, ao Código de Ética e de Conduta Profissional proposto pela Confederação Nacional das Cooperativas do Sicoob – Sicoob Confederação. A partir de então, todos os novos funcionários, ao ingressar na Cooperativa, assumem o mesmo compromisso.

8) Sistema de Ouvidoria

O Sicoob ES conforme previsto na Resolução 4.433 de 23/07/2015 o Conselho Monetário Nacional trabalha com sistema de ouvidoria centralizado e estrutura compartilhada com o Bancoob.

No exercício de 2018, a Ouvidoria da Cooperativa registrou 65 demandas sobre a qualidade dos produtos e serviços oferecidos por esta cooperativa. Dessas demandas, 37 foram classificadas procedentes e todas resolvidas antes do prazo legal estabelecido, que é de 10 (dez) dias úteis, de maneira satisfatória para as partes envolvidas, em perfeito acordo com o previsto na legislação vigente.

9) Agradecimentos

Agradecemos aos nossos colaboradores, pelo empenho e talento que nos permitem obter resultados consistentes, e aos nossos associados pela preferência e pela confiança depositada em nossa Cooperativa de crédito e na nossa Administração.

Cachoeiro de Itapemirim – ES, 31 de dezembro de 2018.

Conselho de Administração e Diretoria Executiva.

Balanco Patrimonial

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

	Nota	31/12/2018	31/12/2017
ATIVO			
Circulante		447.261	378.345
Disponibilidades	3. (u)	2.855	1.794
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	4	1.210	-
Títulos e Valores Mobiliários	4.1	-	31
Carteira Própria			31
Relações Interfinanceiras	5	286.175	228.326
Centralização Financeira - Cooperativas	3. (u)	286.175	228.326
Operações de Crédito	6	138.647	136.555
Empréstimos e Títulos Descontados		154.409	144.850
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		5.704	6.849
(-) Provisão para Operações de Crédito		(21.466)	(15.144)
Outros Créditos	7	3.709	3.181
Créditos por Avais e Fianças Honrados		1.549	1.322
Rendas a Receber		1.811	1.610
Diversos		1.528	1.057
(-) Provisão para Outros Créditos de Liquidação Duvidosa	7. (b)	(1.179)	(808)
Outros Valores e Bens	8	14.665	8.458
Outros Valores e Bens		16.191	8.793
(-) Provisão para Desvalorizações		(2.063)	(403)
Despesas Antecipadas		537	68
Não Circulante		131.407	112.666
Realizável a Longo Prazo		118.247	100.690
Títulos e Valores Mobiliários	4.1	1.238	2.114
Carteira Própria		1.238	2.114
Operações de Crédito	6	115.649	97.391
Empréstimos e Títulos Descontados		126.997	103.997
Financiamentos Rurais e Agroindustriais		6.071	5.510
(-) Provisão para Operações de Crédito		(17.419)	(12.116)
Outros Créditos	8.2	1.360	1.185
Diversos	27	1.360	1.185
Permanente		13.160	11.976
Investimentos	9	10.533	9.125
Participação em Cooperativa Central de Credito		5.757	4.885
Participação em Instit. Fin. Controlada por Cooperativa Credito		4.776	4.240
Imobilizado de Uso	10	2.542	2.746
Outras Imobilizações de Uso		8.583	8.151
(-) Depreciações Acumuladas		(6.041)	(5.405)
Intangível	10.1	85	105
Ativos intangíveis		748	671
(-) Amortização Acumulada		(663)	(566)
TOTAL		578.668	491.011
PASSIVO	Nota	31/12/2018	31/12/2017
Circulante		478.993	399.366
Depósitos	11	445.878	373.827
Depósito à Vista		75.291	58.573
Depósito Sob Aviso		4.679	4.678
Depósito a Prazo		365.908	310.576
Relações Interfinanceiras	12	3.947	2.849
Repasse Interfinanceiros		3.947	2.849
Relações Interdependências	13	16.039	12.428
Recursos em Trânsito de Terceiros	15	16.039	12.428
Obrigações Por Empréstimos e Repasses	12.1	2.410	2.410
Empréstimos no País - Outras Instituições		2.410	2.410
Outras Obrigações	10.719	7.852	
Cob. e Arrec. de Trib. e Assemelhados	14.1	70	133
Sociais e Estatutárias	14.2	2.761	2.014
Fiscais e Previdenciárias	14.3	883	1.031
Diversas	14.4	7.005	4.674
Não Circulante		8.148	10.434
Exigível a Longo Prazo		8.148	10.434
Depósitos	11	-	12
Depósito a Prazo		-	12
Relações Interfinanceiras	12	6.985	9.253
Repasse Interfinanceiros		6.985	9.253
Outras Obrigações	27	1.163	1.169
Diversas		1.163	1.169
Patrimônio Líquido	18	91.527	81.211
Capital Social	18.a	56.586	52.705
De Dominilados no País		56.719	52.800
(-) Capital a Realizar		(133)	(95)
Reserva de Sobras	18.b	30.818	24.898
Sobras Acumuladas		4.123	3.608
TOTAL		578.668	491.011

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações de Sobras ou Perdas em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

	Nota	2º SEM. 2018	31/12/2018	31/12/2017
Ingressos da Intermediação Financeira	19.1	36.396	66.622	62.422
Operações de Crédito		36.339	66.501	62.149
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez		10	10	-
Resultado de Operações com Tit. e Valores Mobil. e Instr. Financeiros	4.2	47	111	273
Dispêndios da Intermediação Financeira	20.1	(27.577)	(51.466)	(50.646)
Operações de Captação no Mercado	11. (b)	(11.470)	(22.214)	(28.345)
Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses	12.2	(480)	(1.003)	(1.155)
Provisão para Operações de Créditos		(15.627)	(28.249)	(21.146)
Resultado Bruto Intermediação Financeira		8.819	15.156	11.776
Outros Ingressos/Rec. (Dispêndios/Disp.) Operacionais		2.855	2.323	1.980
Receitas (Ingressos) de Prestação de Serviços		3.239	6.209	5.525
Rendas (Ingressos) de Tarifas		3.549	6.387	4.863
Dispêndios/Despesas de Pessoal		(7.417)	(14.294)	(12.203)
Outras Dispêndios/Despesas Administrativas		(8.948)	(16.654)	(14.523)
Dispêndios/Despesas Tributárias		(301)	(600)	(519)
Ingressos de Depósitos Interooperativos	5.1	8.319	15.675	17.904
Outros Ingressos/Rendas Operacionais	19	7.016	9.758	3.573
Outros Dispêndios/Despesas Operacionais	20	(2.602)	(4.158)	(2.640)
Resultado Operacional		11.674	17.479	13.756
Resultado Não Operacional	21	(1.825)	(2.087)	(128)
Resultado Antes da Tributação e Participações		9.849	15.392	13.628
Participações nos Resultados de Empregados		(729)	(1.378)	(875)
Sobras / Perdas antes das Destinações		9.120	14.014	12.753
Destinações legais e Estatutárias		(6.449)	(4.410)	(4.410)
F.A.T.E.S.			(529)	(401)
Reserva Legal			(5.814)	(4.009)
			(106)	
Resultado antes do Juros ao Capital		7.565	8.343	
Juros ao Capital	18		(3.442)	(4.735)
Sobras / Perdas Líquidas		9.120	4.123	3.608

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

Eventos	Capital		Reservas de Sobras		Sobras ou Perdas Acumuladas	Totais
	Capital Subscrito	Capital a Realizar	Reserva Legal	Estatutárias		
Saldos em 31/12/2016	46.252	(91)	20.889	-	4.491	71.541
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Ao Capital	4.476				(4.476)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					(15)	(15)
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.590	(4)				1.586
Por Devolução (-)	(3.062)					(3.062)
Estorno de Capital	(53)					(53)
Reversões de Reservas						
Sobras ou Perdas Líquidas					12.753	12.753
Provisão de Juros ao Capital					(4.735)	(4.735)
Subscrição do Juros ao Capital	4.735					4.735
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(883)					(883)
Juros ao Capital à Pagar - Ex-associados	(83)					(83)
IRRF sobre Juros ao Capital	(172)					(172)
Fates Atos Não Cooperativos						
Destinação do Resultado Não Operacional						
Destinação das Sobras do Exercício:						
Fundos de Reserva			4.009		(4.009)	-
F A T E S					(401)	(401)
Saldos em 31/12/2017	52.800	(95)	24.898	-	3.608	81.211
Saldos em 31/12/2017	52.800	(95)	24.898	-	3.608	81.211
Destinação de Sobras Exercício Anterior:						
Ao Capital	3.599				(3.599)	-
Cotas Capital à Pagar - Ex-associados					(9)	(9)
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	1.373	(38)				1.335
Por Devolução (-)	(3.676)					(3.676)
Estorno/Cancelamento de Capital	(70)					(70)
Reversões de Reservas						
Sobras ou Perdas Líquidas					14.014	14.014
Provisão de Juros ao Capital					(3.442)	(3.442)
Subscrição do Juros ao Capital	3.442					3.442
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(644)					(644)
IRRF sobre Juros ao Capital	(105)					(105)
Destinação das Sobras do Exercício:						
Fundos de Investimento Social				106	(106)	-
Fundos de Reserva			5.814		(5.814)	-
F A T E S					(529)	(529)
Saldos em 31/12/2018	56.719	(133)	30.712	106	4.123	91.527
Saldos em 30/06/2018	54.615	(118)	24.898	-	3.211	82.606
Movimentações de Capital:						
Por Subscrição/Realização	682	(15)				667
Por Devolução (-)	(1.271)					(1.271)
Estorno de Capital						-
Aumento de Reservas						-
Reversões de Reservas						
Sobras ou Perdas Líquidas					9.120	9.120
Provisão de Juros ao Capital					(1.759)	(1.759)
Subscrição do Juros ao Capital	3.442					3.442
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(644)					(644)
IRRF sobre Juros ao Capital	(105)					(105)
Destinação das Sobras do Exercício:						
Fundos de Investimento Social				106	(106)	-
Fundos de Reserva			5.814		(5.814)	-
F A T E S					(529)	(529)
Saldos em 31/12/2018	56.719	(133)	30.712	106	4.123	91.527

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

DESCRIÇÃO	2º SEM. 2018	31/12/2018	31/12/2017
Atividades Operacionais			
Sobras/Perdas do Exercício Antes da Tributação e Participações	9.849	15.392	13.628
Participações nos Resultados de Empregados	(729)	(1.378)	(875)
Depreciações e Amortizações	465	957	914
Provisão de Juros ao Capital	(1.759)	(3.442)	(4.735)
Provisão para perda com operações de crédito	15.627	28.249	21.146
Resultado das baixas por obsolescência do Ativo Imobilizado	3	12	1
Resultado de participação de coligadas e controladas e Distribuição de Sobras	-	(526)	(491)
Resultado da venda de Ativo Imobilizado	-	-	(29)
	23.456	39.264	29.559
Aumento (redução) em ativos operacionais			
Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	(1.210)	(1.210)	-
Títulos e Valores Mobiliários	633	907	1.211
Operações de Crédito	(33.544)	(48.598)	(35.081)
Outros Créditos	(90)	(704)	(413)
Outros Valores e Bens	(5.822)	(6.206)	1.060
Aumento (redução) em passivos operacionais			
Depósitos a Vista	16.844	16.718	19.915
Depósitos sob Aviso	31	1	63
Depósitos a Prazo	30.288	55.320	61.275
Outras Obrigações	925	2.860	1.282
Relações Interfinanceiras	(424)	(1.169)	540
Obrigações por Empréstimos e Repasses	-	-	(2.410)
Relações Interdependências	14.282	3.610	2.297
Caixa Líquido Aplicado em Atividades Operacionais	45.369	60.793	79.298
Atividades de Investimentos			
Recebimento Dividendos	-	526	491
Venda Imobilizações de Uso	-	-	29
Aplicação no Intangível	(64)	(77)	(48)
Inversões em Imobilizado de Uso	(41)	(668)	(396)
Inversões em Investimentos	(872)	(1.408)	(672)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Investimentos	(977)	(1.627)	(586)
Atividades de Financiamentos			
Aumento por novos aportes de Capital	667	1.335	1.586
Devolução de Capital à Cooperados	(1.271)	(3.676)	(3.062)
Estorno/Cancelamento de Capital	-	(70)	(53)
Destinação de Sobras Exercício Anterior Cotas de Capital à Pagar	-	(9)	(15)
FATES Sobras Exercício	(529)	(529)	(401)
Juros ao Capital à Pagar Ex-associados	-	-	(83)
Subscrição do Juros ao Capital	3.442	3.442	4.735
Juros ao Capital Pago em Conta Corrente	(644)	(644)	(883)
IRRF sobre Juros ao Capital	(105)	(105)	(172)
Caixa Líquido Aplicado / Originado em Financiamentos	1.560	(256)	1.652
Aumento / Redução Líquida das Disponibilidades	45.952	58.910	80.354
Modificações em Disponibilidades Líquida			
No Início do Período	243.078	230.120	149.766
No Fim do Período - nota 3.(u)	289.030	289.030	230.120
Variação Líquida das Disponibilidades	45.952	58.910	80.354

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

1. Contexto Operacional

A COOPERATIVA DE CREDITO DOS PROPRIETARIOS DA INDUSTRIA DE ROCHAS ORNAMENTAIS, CAL E CALCARIOS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CREDIROCHAS, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, fundada em 12/04/1999, filiada à COOPERATIVA DE CREDITO CENTRAL DO ESPIRITO SANTO – SICOOB CENTRAL ES e componente da Confederação Nacional das Cooperativas do SICOOB – SICOOB CONFEDERAÇÃO, em conjunto com outras cooperativas singulares e centrais. Tem sua constituição e o funcionamento regulamentados pela Lei nº 4.595/1964, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei nº 5.764/1971, que define a Política Nacional do Cooperativismo, pela Lei Complementar nº 130/2009, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo e pela Resolução CMN nº 4.434/2015, do Conselho Monetário Nacional, que dispõe sobre a constituição e funcionamento de cooperativas de crédito.

O SICOOB CREDIROCHAS possui 10 Postos de Atendimento (PAs) nas seguintes localidades: CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM - ES, BARRA MANSA - RJ, VOLTA REDONDA - RJ, ATÍLIO VIVÁQUA - ES, RESENDE - RJ, MUQUI - ES, SANTO ANTÔNIO DE PÁDUA - RJ.

O SICOOB CREDIROCHAS tem como atividade preponderante a operação na área creditícia, tendo como finalidade:

(i) Proporcionar, através da mutualidade, assistência financeira aos associados;

(ii) A formação educacional de seus associados, no sentido de fomentar o cooperativismo, através da ajuda mútua da economia sistemática e do uso adequado do crédito; e

(iii) Praticar, nos termos dos normativos vigentes, as seguintes operações dentre outras: captação de recursos, concessão de créditos, prestação de garantias, prestação de serviços, formalização de convênios com outras instituições financeiras e aplicação de recursos no mercado financeiro, inclusive depósitos a prazo com ou sem emissão de certificado, visando preservar o poder de compra da moeda e remunerar os recursos.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil – BACEN, considerando as Normas Brasileiras de Contabilidade, especificamente àquelas aplicáveis às entidades Cooperativas, a Lei do Cooperativismo nº 5.764/71 e normas e instruções do BACEN, apresentadas conforme Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF, e sua emissão foi autorizada pela Diretoria Executiva em 18/01/2019.

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para contabilizar determinados ativos e passivos entre outras transações. As demonstrações contábeis da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à seleção das vidas úteis dos bens do ativo imobilizado, às provisões necessárias para causas judiciais, entre outras. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

Em função do processo de convergência com as normas internacionais de contabilidade, algumas normas e interpretações foram emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), as quais serão aplicáveis às instituições financeiras somente quando aprovadas pelo BACEN, naquilo que não confrontar com as normas por ele já emitidas anteriormente. Os pronunciamentos contábeis já aprovados, por meio das Resoluções do CMN, foram aplicados integralmente na elaboração destas Demonstrações Contábeis.

3. Resumo das principais práticas contábeis

a) Apuração do resultado

Os ingressos/receitas e os dispêndios/despesas são registrados de acordo com o regime de competência.

As receitas com prestação de serviços, típicas ao sistema financeiro, são reconhecidas quando da prestação de serviços ao associado ou a terceiros.

Os dispêndios e as despesas e os ingressos e receitas operacionais, são prorrateados de acordo com os montantes do ingresso bruto de ato cooperativo e da receita bruta de ato não-cooperativo, quando não identificados com cada atividade.

b) Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis faz-se necessário utilizar estimativas para determinar o valor de certos ativos, passivos e outras transações considerando a melhor informação disponível. Incluem, portanto, estimativas referentes à provisão para créditos de liquidação duvidosa, à vida útil dos bens do ativo imobilizado, provisões para causas judiciais, dentre outros. Os resultados reais podem apresentar variação em relação às estimativas utilizadas.

c) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa, conforme Resolução CMN nº 3.604/2008, incluem as rubricas caixa, depósitos bancários e as relações interfinanceiras de curto prazo e de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valores e limites, com prazo de vencimento igual ou inferior a 90 dias.

d) Operações de crédito

As operações de crédito com encargos financeiros pré-fixados são registradas a valor futuro, retificadas por conta de rendas a apropriar e as operações de crédito pós-fixadas são registradas a valor presente, calculadas por critério “*pro rata temporis*”, com base na variação dos respectivos indexadores pactuados.

e) Provisão para operações de crédito

Constituída em montante julgado suficiente pela Administração para cobrir eventuais perdas na realização dos valores a receber, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, as garantias existentes, a experiência passada, a capacidade de pagamento e liquidez do tomador do crédito e os riscos específicos apresentados em cada operação, além da conjuntura econômica.

As Resoluções CMN nº 2.697/2000 e 2.682/1999 estabeleceram os critérios para classificação das operações de crédito definindo regras para constituição da provisão para operações de crédito, as quais estabelecem nove níveis de risco, de AA (risco mínimo) a H (risco máximo).

f) Depósitos em garantia

Existem situações em que a cooperativa questiona a legitimidade de determinados passivos ou ações em que figura como polo passivo. Por conta desses questionamentos, por ordem judicial ou por estratégia da própria administração, os valores em questão podem ser depositados em juízo, sem que haja a caracterização da liquidação do passivo.

g) Investimentos

Representados substancialmente por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do Bancob, avaliadas pelo método de custo de aquisição.

h) Imobilizado

Equipamentos de processamento de dados, móveis, utensílios e outros equipamentos, instalações, edificações, veículos, benfeitorias em imóveis de terceiros e softwares, são demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear para reduzir o custo de cada ativo a seus valores residuais de acordo com as taxas aplicáveis e levam em consideração a vida útil econômica dos bens.

i) Intangível

Correspondem aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Os ativos intangíveis com vida útil definida são geralmente amortizados de forma linear no decorrer de um período estimado de benefício econômico.

j) Ativos contingentes

Não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui total controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis sobre as quais não cabem mais recursos contrários, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável, quando aplicável, são apenas divulgados em notas explicativas às demonstrações contábeis.

k) Obrigações por empréstimos e repasses

As obrigações por empréstimos e repasses são reconhecidas inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos da transação. Em seguida, os saldos dos empréstimos tomados são acrescidos de encargos e juros proporcionais ao período incorrido (“*pro rata temporis*”), assim como das despesas a apropriar referente aos encargos contratados até o final do contrato, quando calculáveis.

l) Depósitos e Recursos de Aceite e Emissão de Títulos

Os depósitos e os recursos de aceite e emissão de títulos são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base *pro rata die*.

m) Demais ativos e passivos

São registrados pelo regime de competência, apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidas, até a data do balanço. Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

n) Provisões

São reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

o) Provisões para demandas judiciais e Passivos contingentes

São reconhecidos contabilmente quando, com base na opinião de assessores jurídicos, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, gerando uma provável saída no futuro de recursos para liquidação das ações, e quando os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. As ações com chance de perda possível são apenas divulgadas em nota explicativa às demonstrações contábeis e as ações com chance remota de perda não são divulgadas.

p) Obrigações legais

São aquelas que decorrem de um contrato por meio de termos explícitos ou implícitos, de uma lei ou outro instrumento fundamentado em lei, aos quais a Cooperativa tem por diretriz.

q) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social sobre o lucro são calculados sobre o resultado apurado em operações consideradas como atos não-cooperativos de acordo com o Decreto 3.000/1999, art. 183. O resultado apurado em operações realizadas com cooperados não tem incidência de tributação conforme art. 182 do mesmo Decreto.

r) Segregação em circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no longo prazo (não circulante).

s) Valor recuperável de ativos – impairment

Notas Explicativas

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

A redução do valor recuperável dos ativos não financeiros (*impairment*) é reconhecida como perda, quando o valor de contabilização de um ativo, exceto outros valores e bens, for maior do que o seu valor recuperável ou de realização. As perdas por "impairment", quando aplicável, são registradas no resultado do período em que foram identificadas.

Em 31 de Dezembro de 2018 não existem indícios da necessidade de redução do valor recuperável dos ativos não financeiros.

t) Eventos subsequentes

Correspondem aos eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações contábeis e a data de autorização para a sua emissão. São compostos por:

• Eventos que originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que já existiam na data-base das demonstrações contábeis; e

• Eventos que não originam ajustes: são aqueles que evidenciam condições que não existiam na data-base das demonstrações contábeis.

Não houve qualquer evento subsequente para as demonstrações contábeis encerradas em 31 de Dezembro de 2018.

u) Caixa e equivalente de caixa

O caixa e os equivalentes de caixa, apresentados na demonstração dos fluxos de caixa, estão constituídos por:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e depósitos bancários	2.855	1.794
Relações interfinanceiras - centralização financeira	286.175	228.326
TOTAL	289.030	230.120

4. Aplicações Interfinanceiras de Liquidez

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Aplicações em Depósitos Interfinanceiros	1.210	-
TOTAL	1.210	-

4.1 Títulos e valores mobiliários

Em 31 de Dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Títulos e Valores Mobiliários estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Título De Renda Fixa – Curto Prazo	-	31
Título De Renda Fixa – Longo Prazo	1.238	2.114
TOTAL	1.238	2.145

Os Títulos de Renda Fixa referem-se, substancialmente, a aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI. Tal recurso refere-se a operações que estão vinculadas ao Acordo de Compensação assinado entre a Cooperativa e o Bancoob com o objetivo de mitigação de risco de crédito, sendo seus vencimentos correspondentes aos vencimentos dos contratos de repasse do crédito rural.

4.2 Resultado de Operações com Títulos e Valores Mobiliários e Instrumentos Financeiros

É constituído pelas receitas aplicações em Certificados de Depósitos Interfinanceiros – CDI, no SICOOB CENTRAL ES, com remuneração de, aproximadamente, 100% do CDI.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rdc - pós-fixado	111	273
TOTAL	111	273

5. Relações interfinanceiras

Em 31 de dezembro de 2018 e 2017, as aplicações em Relações Interfinanceiras estavam assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Centralização Financeira – Cooperativas (a)	286.175	228.326
TOTAL	286.175	228.326

(a) Referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Cooperativa, depositadas junto ao SICOOB CENTRAL ES conforme determinado na Resolução CMN nº 4.434/2015.

5.1 As receitas recebidas dessa transação resultaram em 31/12/2018 no montante de R\$ 15.675 mil (31/12/2017 – R\$ 17.904 mil) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Ingressos de Depósitos Interooperativos".

6. Operações de crédito

a) Composição da carteira de crédito por modalidade:

Modalidade	31/12/2018			31/12/2017
	Circulante	Não Circulante	Total	
Adiantamento a Depositante	1.698	-	1.698	1.052
Empréstimos	108.247	119.712	227.959	191.982
Títulos Descontados	38.148	-	38.148	42.649
Financiamentos	6.316	7.285	13.601	13.164
Financiamentos Rurais e Agroindustriais	5.704	6.071	11.775	12.359
Total das Operações de Crédito	160.113	133.068	293.181	261.206
(-) Provisões para Operações de Crédito	-21.466	-17.419	-38.885	-27.260
TOTAL	138.647	115.649	254.296	233.946

b) Composição por tipo de operação, e classificação por nível de risco de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999:

Nível / Percentual de Risco / Situação	Empréstimo / TD	A.D / Cheque Especial / Conta Garantida	Financ.	Financ. Rurais	Total em 31/12/2018	Provisões 31/12/2018	Total em 31/12/2017	Provisões 31/12/2017
AA - Normal	3.663	-	-	129	3.792	-	1.281	-
A 0,5% Normal	63.403	1.047	2.948	4.591	71.989	-360	66.931	-334
B 1% Normal	77.250	3.282	5.152	3.915	89.599	-896	64.905	-648
B 1% Vencidas	633	44	199	75	951	-10	2.179	-22
C 3% Normal	51.469	5.793	3.304	1.523	62.089	-1.863	56.358	-1.691
C 3% Vencidas	2.281	532	91	0	2.904	-87	16.865	-506
D 10% Normal	13.747	1.654	762	809	16.972	-1.697	16.588	-1.659
D 10% Vencidas	1.158	199	140	55	1.552	-155	5.738	-574
E 30% Normal	3.429	425	132	101	4.087	-1.226	1.586	-476
E 30% Vencidas	3.800	214	24	205	4.243	-1.273	1.765	-530
F 50% Normal	2.089	147	118	111	2.465	-1.233	5.904	-2.952
F 50% Vencidas	3.760	197	158	0	4.115	-2.058	3.408	-1.704
G 70% Normal	199	37	29	72	337	-235	654	-458
G 70% Vencidas	830	149	0	0	979	-686	4.459	-3.121
H 100% Normal	5.366	62	87	148	5.663	-5.662	3.749	-3.749
H 100% Vencidas	19.585	1.361	457	41	21.444	-21.444	8.836	-8.836
Total Normal	220.615	12.447	12.532	11.399	256.993	-13.172	217.956	-11.967
Total Vencidos	32.047	2.696	1.069	376	36.188	-25.713	43.250	-15.293
Total Geral	252.662	15.143	13.601	11.775	293.181	-38.885	261.206	-27.260
Provisões	-34.964	-2.330	-1.009	-582	-38.885		-27.260	
Total Líquido	217.698	12.813	12.592	11.193	254.296		233.946	

c) Composição da carteira de crédito por faixa de vencimento:

Descrição	Até 90	De 91 até 360	Acima de 360	Total
Adiantamento a Depositante	1.698	-	-	1.698
Cheque Especial / Conta Garantida	13.445	-	-	13.445
Empréstimos	28.577	66.226	119.711	214.514
Títulos Descontados	35.582	2.566	-	38.148
Financiamentos	1.988	4.328	7.285	13.601
Financiamentos Rurais	1.341	4.363	6.071	11.775
TOTAL	82.631	77.483	133.067	293.181

d) Composição da carteira de crédito por tipo de produto, cliente e atividade econômica:

Descrição	Conta Corrente	Empréstimo / Financiamento	Título Descontado	Crédito Rural	31/12/2018	% da Carteira
Setor Privado - Comércio	2.781	41.062	8.858	-	52.701	18%
Setor Privado - Indústria	2.663	29.863	9.653	-	42.179	14%
Setor Privado - Serviços	5.925	119.622	18.408	-	143.955	49%
Pessoa Física	3.636	32.818	1.025	11.572	49.051	17%
Outros	137	4.751	204	203	5.295	2%
TOTAL	15.142	228.116	38.148	11.775	293.181	100%

e) Movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa de operações de crédito:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	27.260	18.774
Constituições	27.877	20.646
Transferência para prejuízo	(16.252)	(12.160)
TOTAL	38.885	27.260

f) Concentração dos Principais Devedores:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maiores Devedor	6.782	2,00%	6.339	2,00%
10 Maiores Devedores	41.745	14,00%	41.114	16,00%
50 Maiores Devedores	100.005	34,00%	99.336	38,00%

g) Movimentação de Créditos Baixados Como Prejuízo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Saldo inicial	25.433	15.568
Valor das operações transferidas no período	16.252	12.160
Valor das operações recuperadas no período	(7.960)	(2.211)
Valor dos descontos concedidos nas operações recuperadas	(419)	(84)
TOTAL	33.306	25.433

7. Outros créditos

Valores referentes às importâncias devidas a Cooperativa por pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no país, conforme demonstrado:

Modalidade	31/12/2018	31/12/2017
Avais e Fianças Honorados	1.549	1.322
Rendas a Receber	1.811	1.610
Rendas Serviços arrecadação de convênios	351	278
Rendas da Centralização da Administração Financeira	1.381	1.248
Outras Rendas a Receber	79	84
Diversos	2.888	2.242
Adiantamento e Antecipações salariais	112	87
Adiantamento por conta de imobilizações	4	-
Devedores Por Compra De Valores E Bens	174	257
Devedores por Depósitos em Garantia (a)	1.360	1.185
Impostos e Contribuições a Compensar	358	293
Pagamentos a Ressarcir	364	5
Títulos e Credito a Receber	438	292
Devedores Diversos - País	78	123
(-) Provisões para Outros Créditos (b)	-1.179	-808
TOTAL	5.069	4.366

(a) Em Devedores por Depósitos em Garantia estão registrados depósitos judiciais para: PIS sobre Atos Cooperativos (R\$ 150 mil), COFINS sobre Atos Cooperativos (R\$ 811 mil), Para Interposição de Recursos Trabalhistas (R\$ 52 mil) e Outros (R\$ 347 mil). Classificados no Ativo Não Circulante e melhor detalhado na Nota 27.

(b) A provisão para outros créditos de liquidação duvidosa foi apurada com base na classificação por nível de risco, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

8. Outros valores e bens

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Bens Não de Uso Próprio (a)	16.191	8.792
Material em Estoque	-	1
(Provisões para Desvalorizações) (b)	-2.063	-403
Despesas Antecipadas (c)	537	68
TOTAL	14.665	8.458

(a) Em Bens Não de Uso Próprio está registrado o valor referente aos bens recebidos como dação em pagamento de dívidas, não estando sujeitos a depreciação ou correção.

(b) Refere-se a provisões constituídas com base em laudos atualizados de avaliação dos bens.

(c) Registram-se ainda no grupo, as despesas antecipadas, referentes aos prêmios de seguros, contribuição cooperativista, IPTU.

9. Investimentos

O saldo é, substancialmente, representado por quotas do SICOOB CENTRAL ES e ações do BANCOOB.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Participações em cooperativa central de crédito	5.757	4.885
Participações inst financ controlada coop crédito	4.776	4.240
TOTAL	10.533	9.125

10. Imobilizado de uso

Demonstrado pelo custo de aquisição, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimado conforme abaixo:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Imobilizado em Curso	-	351	
Instalações	4.834	4.293	10%
(-) Depreciação Acumulada de Instalações	-3.668	-3.177	
Móveis e equipamentos de Uso	1.433	1.290	10%
(-) Depreciação Acum. Móveis e Equipamentos de Uso	-717	-652	
Sistema de Comunicação	121	114	20%
Sistema de Processamento de Dados	1.648	1.455	10%
Sistema de Segurança	416	333	10%
Sistema de Transporte	131	315	20%
(-) Depreciação Acum. Outras Imobilizações de Uso	-1.656	-1.576	
TOTAL	2.542	2.746	

(a) As imobilizações em curso serão alocadas em grupo específico após a conclusão das obras e efetivo uso, quando passaram a ser depreciadas.

10.1 Intangíveis

Descrição	31/12/2018	31/12/2017	Taxa Depreciação
Software e Direito de Uso	748	671	10-20%
(-) Amortização Acumulada De Software e Direitos de Uso	-663	-566	
TOTAL	85	105	

11. Depósitos

É composto de valores cuja disponibilidade é imediata aos associados, denominado de depósitos a vista, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

É composto também por valores pactuados para disponibilidade em prazos pré-estabelecidos, denominados depósitos a prazo, os quais recebem atualizações por encargos financeiros remuneratórios conforme a sua contratação em pós ou pré-fixada. Suas remunerações pós fixadas são calculadas com base no critério de "Pro rata temporis"; já as remunerações pré-fixadas são calculadas e registradas pelo valor futuro, com base no prazo final das operações, ajustadas, na data do demonstrativo contábil, pelas despesas a apropriar, registradas em conta redutora de depósitos a prazo.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Depósito à Vista	75.291	58.573
Depósito Sob Aviso	4.679	4.678
Depósito a Prazo	365.908	310.588
TOTAL	445.878	373.839

a) Concentração dos principais depositantes:

Descrição	31/12/2018	% Carteira Total	31/12/2017	% Carteira Total
Maiores Depositante	16.453	4,00%	12.428	3,00%
10 Maiores Depositantes	88.160	19,00%	68.842	18,00%
50 Maiores Depositantes	173.717	38,00%	140.619	37,00%

b) Despesas com operações de captação de mercado:

Notas Explicativas

em 31/12/2018 e de 2017 (em milhares de R\$)

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Depósitos de Aviso Prévio	-290	-440
Despesas de Depósitos a Prazo	-21.317	-27.398
Despesas de Contribuição ao Fundo Garantidor de Créditos	-607	-507
TOTAL	-22.214	-28.345

12. Relações Interfinanceiras

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2018		31/12/2017
			Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – Acima de 1 ano	
Cooperativa Central	Diversos	Diversos	309	107	574
Recursos do Bancoob	Diversos	Diversos	3.638	6.878	11.528
TOTAL			3.947	6.985	12.102

12.1 Obrigações por empréstimos e repasses

São demonstradas pelo valor principal acrescido de encargos financeiros e registram os recursos captados junto a outras instituições financeiras para repasse aos associados em diversas modalidades e Capital de Giro. As garantias oferecidas são a caução dos títulos de créditos dos associados beneficiados.

Instituições	Taxa	Vencimento	31/12/2018		31/12/2017
			Circulante – Até 1 ano	Não Circulante – Acima de 1 ano	
Cooperativa Central - Rotativo	Diversos	Diversos	2.410	-	2.410
TOTAL			2.410	-	2.410

12.2 As despesas dessa transação resultaram em 31/12/2018 o montante de R\$ 1.003 mil (31/12/2017 – R\$ 1.155 mil) com o título na Demonstração de Sobras e Perdas de "Operações de Empréstimos, Cessões e Repasses".

13. Relações Interdependências

Os recursos de terceiros que estão com a cooperativa são registrados nessa conta para posterior repasse aos associados, por sua ordem.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Ordens de Pagamento (a)	16.035	12.428
Recebimentos em Trânsito de Terceiros	4	-
TOTAL	16.039	12.428

(a) Trata-se de cheques emitidos contra a ordem de terceiros.

14. Outras Obrigações

14.1 Cobrança e Arrecadação de Tributos e Assemelhados

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Operações De Crédito - Iof	70	133
TOTAL	70	133

São registrados nesse grupo o valor do Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, e sobre Operações Relativas a Títulos e Valores Mobiliários, a ser recolhido.

14.2 Sociais e Estatutárias

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Provisão para Participações nos Lucros	720	527
Resultado de Atos com Associados (a)	529	449
Gratificações e Participações a Pagar	157	63
Cotas de Capital a Pagar (b)	1.355	975
TOTAL	2.761	2.014

(a) O FATES é destinado às atividades educacionais, à prestação de assistência aos cooperados, seus familiares e empregados da cooperativa, sendo constituído pelo resultado dos atos não cooperativos e 5% das sobras líquidas do ato cooperativo, conforme determinação estatutária. A classificação desses valores em contas passivas segue determinação do Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional – COSIF. Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

(b) Refere-se às cotas de capital a devolver de associados desligados.

14.3 Fiscais e Previdenciárias

As obrigações fiscais e previdenciárias, classificadas no passivo na conta de Outras Obrigações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Impostos e contribuições a recolher	883	1.031
TOTAL	883	1.031

14.4 Diversas

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Obrigações por Aquisição de Bens e Direitos	356	80
Obrigações por Prestação de Serviços de Pagamento (a)	1.765	1.724
Provisão para Pagamentos a Efetuar	1.619	1.417
Despesa de Pessoal	955	830
Aluguéis	131	81
Comunicações	23	43
Promoções E Relações Públicas	8	15
Manutenção e Conservação de Bens	1	6
Transporte	51	62
Plano de Saúde	-	63
Seguro	6	-
Compensado	50	65
Seguros a Recolher	6	14
Seguros Prestamista	143	110
Provisão de Cartões a Pagar	84	69
Outras Despesas Administrativas	161	59
Provisão para Garantias Financeiras Prestadas (b)	1.342	740
Credores Diversos - País	1.923	714
Pendência a regularizar	10	135
Diferença de Caixa	6	9
Pagamento a Processar	722	10
Pendência a Regularizar Bancoob	648	89
Cooperativa Central	169	130
Taxa de Alienação Veículos a Repassar	11	7
Outros	19	34
Cheques Depositados	275	225
Credores Diversos – Liquidação de cobrança	63	74
TOTAL	7.005	4.674

(a) São registrados em nome dos respectivos beneficiários, os créditos de recursos destinados ao pagamento de salários, vencimentos, proventos, soldos, aposentadorias, pensões e similares, objeto de contratos de prestação de serviços entre a instituição financeira e a entidade pagadora de tais benefícios.

(b) Refere-se à contabilização da provisão para garantias financeiras prestadas, apurada sobre o total das coobrigações concedidas pela singular, conforme Resolução CMN nº 4.512/2016. Em 31 de Dezembro de 2018, a cooperativa é responsável por coobrigações e riscos em garantias prestadas, no montante de R\$ 34.869 mil (R\$ 29.621 mil em 31/12/2017), referentes a aval prestado em diversas operações de crédito de seus associados com instituições financeiras oficiais. A provisão para garantias financeiras prestadas é apurada com base na avaliação de risco dos cooperados beneficiários, de acordo com a Resolução CMN nº 2.682/1999.

15. Instrumentos financeiros

O SICOOB CREDIROCHAS opera com diversos instrumentos financeiros, com destaque para disponibilidades, aplicações interfinanceiras de liquidez, títulos e valores mobiliários, relações interfinanceiras, operações de crédito, depósitos à vista e a prazo, empréstimos e repasses.

Os instrumentos financeiros ativos e passivos estão registrados no balanço patrimonial a valores contábeis, os quais se aproximam dos valores justos.

16. Patrimônio líquido

a) Capital Social

O capital social é representado por cotas-partes no valor nominal de R\$ 1,00 cada e integralizado por seus cooperados. De acordo com o Estatuto Social cada cooperado tem direito em a um voto, independentemente do número de suas cotas-partes.

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Capital Social	56.586	52.705
Associados	19.001	14.833

b) Reserva Legal

Representada pelas destinações estatutárias das sobras, no percentual de 55%, utilizada para reparar perdas e atender ao desenvolvimento de suas Atividades, o percentual aplicado no exercício de 2017 foi de R\$ 45%

c) Reserva Estatutária

Constituída com 1% sobre as sobras referente ao Fundo de Investimento Social conforme estatuto.

d) Sobras Acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme Estatuto Social, normas do Banco Central do Brasil e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BACEN, por meio da Carta Circular nº 3.224/2006, o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social – FATES é registrado como exigibilidade, e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/1971.

Em Assembleia Geral Ordinária, realizada em abril de 2018, os cooperados deliberaram pela destinação das sobras do exercício findo em 31 de dezembro de 2017, a decisão foi para aumento do capital social, no valor de R\$ 3.608.

e) Destinações estatutárias e legais

A sobra líquida do exercício terá a seguinte destinação:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Sobra líquida do exercício	10.572	8.018
Sobra líquida, base de cálculo das destinações	10.572	8.018
Destinações estatutárias		
Reserva legal - 55%	(5.814)	(4.009)
Fundo de assistência técnica, educacional e social - 5%	(529)	(401)
Fundo Investimento Social (FIS) – 1%	(106)	-
Sobra à disposição da Assembleia Geral	4.123	3.608

17. Resultado de atos não cooperativos

O resultado de atos não cooperativos tem a seguinte composição:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Receita de prestação de serviços	4.837	3.554
Despesas específicas de atos não cooperativos	(1.172)	(956)
Despesas apropriadas na proporção das receitas de atos não cooperativos	(1.450)	(992)
Resultado operacional	2.215	1.606
Receitas (despesas) não operacionais, líquidas	(2.087)	(128)
Resultado de atos não cooperativos (lucro líquido)	128	1.478
Receitas tributáveis, mas que não compõem o Ato Não cooperativo	(128)	(1478)
Resultado destinado para o Fates Ato Não Cooperativo	-	-

18. Provisão de Juros ao Capital

A Cooperativa pagou juros ao capital próprio de R\$ 3.442 mil, visando remunerar o capital do associado. Os critérios para a provisão obedeceram à Lei Complementar 130, artigo 7º, de 17 de abril de 2009. A remuneração foi limitada ao valor da taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia – SELIC. A referida provisão foi demonstrada na Demonstração de Sobras ou Perdas – DSP e na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL, conforme Circular BACEN nº 2.739/1997.

19. Outros ingressos/rendas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Recuperação de Encargos e Despesas (a)	3.910	104
Rendas De Garantias Prestadas	3	-
Reversão de Provisão para Garantias Prestadas	21	6
Reversão Provisão Para Contingências	100	57
Rendas Juros Cartão de Crédito	1.918	1.528
Rendas Multas por Atraso - Cartão de Crédito	256	281
Crédito Receita SIPAG - Faturamento	133	81
Crédito Receita SIPAG - Antecipação	819	358
Rendas Intercâmbio - Cartão de Crédito	634	462
Rendas Intercâmbio - Cartão de Débito	17	10
Rendas De Repasses Delcredere	152	146
Dividendos	526	491
Juros ao Capital Recebido do Sicoob Central ES	31	49
Outras Rendas Operacionais (b)	1.238	-
TOTAL	9.758	3.573

Refletem principalmente recuperação de encargos e despesas, reversão de garantias prestadas, reversão provisão para contingência, receitas com cartão de crédito e delcredere.

- (a) Montante mais relevante referente a saída do fundo garantidor de fomento da Cooperativa, valor restituído das contribuições R\$ 3.046 mil.
- (b) Montante mais relevante referente a saída do fundo garantidor de fomento da Cooperativa, valor da atualização da restituído das contribuições R\$ 1.238 mil.

19.1 Ingressos da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Rendas de Adiantamentos a Depositantes	1.165	847
Rendas de Empréstimos	43.386	43.374
Rendas de Direitos Creditórios Descontados	10.574	12.371
Rendas de Financiamentos	2.480	2.468
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos Livres	122	49
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados à vista (obrigatórios)	331	305
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados da Poupança Rural	466	112
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplic. com Recursos Direcionados de LCA	2	-
Rendas de Financiamentos Rurais - Aplicações com Recursos de Fontes Públicas	15	4
Rendas Financ Rurais - Aplic Repassadas e Refinanc	-	408
Rendas de Aplicações Interfinanceiras de Liquidez	10	-
Rendas c/ Tit.Valores Mobil. e Instrumentos Financ.	111	273
Recuperação de créditos baixados como prejuízo	7.960	2.211
TOTAL	66.622	62.422

A receita da intermediação financeira com operações de crédito compreende as receitas de juros de empréstimos e financiamentos, desconto de duplicatas, conta garantida, cheque especial, adiantamento a depositante, repasses de recursos do Bancoob e Sicoob Central ES.

20. Outros dispêndios/despesas operacionais

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas de Cessão de Operações de Crédito	-605	-630
Despesas de Descontos Concedidos	-458	-249
Cancelamento de Tarifas Pendentes	-732	-550
Despesas com Correspondentes Cooperativos	-7	-7
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Fraudes Externas	-5	-12
Contribuição ao Fundo Ressarcimento Perdas Operacionais	-3	-8
Contribuição ao Fundo Tecnologia da Informação	-350	-349
Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento	-845	-
Outras Despesas Operacionais	-458	-195
Garantias Financeiras Prestadas	-623	-552
Contingências	-72	-88
TOTAL	-4.158	-2.640

São despesas de provisões para contingências, provisão de garantias prestadas, descontos concedidos em operações de crédito, cancelamento de tarifas pendentes, contribuição ao fundo de tecnologia da confederação e Contribuição Fundo de Estabilidade Financeira e Fomento do Sicoob ES.

20.1 Dispêndios da Intermediação Financeira

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Despesas De Captação	-22.214	-28.345
Despesas De Obrigações Por Empréstimos E Repasses	-1.003	-1.155
Provisões para operações de crédito	-28.249	-21.146
TOTAL	-51.466	-50.646

Notas Explicativas

A despesas de captação no mercado estão relacionadas principalmente aos recursos obtidos no mercado local através de Depósitos a Prazo e Depósitos Sob Aviso e repasses contratados

21. Resultado não operacional

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Lucro em Transações com Valores de Bens	59	132
Ganhos de Capital	17	65
Ganhos de Aluguéis	0	6
Reversão de Provisões não Operacionais	13	0
Outras Rendas não Operacionais	18	26
(-) Prejuízos em Transações com Valores e Bens	-413	-140
(-) Perdas de Capital	-12	-3
(-) Despesas de Provisões não Operacionais	-1.694	-184
(-) Outras Despesas não Operacionais	-75	-30
Resultado Líquido	-2.087	-128

O Resultado Não Operacional consiste em receitas (despesas) provenientes da alienação de bens e direitos não diretamente relacionada ao desenvolvimento de sua atividade Cooperativista de Crédito.

22. Partes Relacionadas

As partes relacionadas existentes são as pessoas físicas que têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da cooperativa e membros próximos da família de tais pessoas.

As operações são realizadas no contexto das atividades operacionais da Cooperativa e de suas atribuições estabelecidas em regulamentação específica.

As operações com tais partes relacionadas não são relevantes no contexto global das operações da cooperativa, e caracterizam-se basicamente por transações financeiras em regime normal de operações, com observância irrestrita das limitações impostas pelas normas do Banco Central, tais como movimentação de contas correntes, aplicações e resgates de RDC e operações de crédito.

As garantias oferecidas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

a) Montante das operações ativas e passivas no exercício de **2018**:

Montante das Operações Ativas	Valores	% em Relação à Carteira Total	Provisão de Risco
P.R. – Vínculo de Grupo Econômico	2.264	0,31%	4
P.R. – Sem vínculo de Grupo Econômico	365	0,05%	2
TOTAL	2.629	0,36%	6
Montante das Operações Passivas	23.897	10,22%	

b) Operações ativas e passivas – saldo em 31/12/2018:

Natureza da Operação de Crédito	Valor da Operação de Crédito	PCLD (Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa)	% da Operação de Crédito em Relação à Carteira Total
Conta Garantida	6	0	0%
Crédito Rural	17	0	0%
Empréstimo	627	2	0%
Títulos Descontados	237	2	1%

Natureza dos Depósitos	Valor do Depósito	% em Relação à Carteira Total	Taxa - %
Depósitos a Vista	1.747	2,33%	0%
Depósitos a Prazo	42.139	11,37%	80% a 105% CDI

c) Foram realizadas transações com partes relacionadas, na forma de: depósito a prazo, cheque especial, conta garantida, cheques descontados, crédito rural – RPL, crédito rural – repasses, empréstimos, dentre outras, à taxa/remuneração relacionada no quadro abaixo, por modalidade:

Natureza das operações (Ativas/Passivas)	Taxas Aplicadas em relação as partes relacionadas	Taxa aprovada pelo conselho de administração/ Diretoria Executiva
Cheque Especial	6,97% a.m	6,97% a.m
Conta garantida	5,97% a.m	5,97 a.m.
Desconto de Cheques PF	A partir 1,44% a.m.	A partir 1,44% a.m.
Desconto de Cheques PJ	A partir 1,16% a.m.	A partir 1,16% a.m.
Empréstimos	A partir de 1,04 a.m. para aqueles que recebem em folha	A partir de 1,04 a.m. para aqueles que recebem em folha
Aplicações financeiras	80% a 105% CDI	80% a 105% CDI

d) As garantias oferecidas pelas partes relacionadas em razão das operações de crédito são: avais, garantias hipotecárias, caução e alienação fiduciária.

Natureza da Operação de Crédito	Garantias Prestadas
Crédito Rural	218
Empréstimos e Financiamentos	3.259

e) No exercício de **2018** os benefícios monetários destinados às partes relacionadas foram representados por honorários e custeio parcial de plano de saúde, apresentando-se da seguinte forma:

Benefício monetários	31/12/2018
Honorários e Cédula de Presença	1.171
Plano de Saúde / Seguro de Vida / Vale Alimentação / Previdência Privada	27

23. Cooperativa Central

A **COOPERATIVA DE CREDITO DOS PROPRIETARIOS DA INDUSTRIA DE ROCHAS ORNAMENTAIS, CAL E CALCARIOS DO ESTADO DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CREDIROCHAS**, em conjunto com outras cooperativas singulares, é filiada à **CCC DO ESPIRITO SANTO - SICOOB CENTRAL ES**, que representa o grupo formado por suas afiliadas perante as autoridades monetárias, organismos governamentais e entidades privadas.

O **SICOOB CENTRAL ES**, é uma sociedade cooperativista que tem por objetivo a organização em comum em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas filiadas (cooperativas singulares), integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e normas exaradas pelo Banco Central do Brasil, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços, para consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe ao **SICOOB CENTRAL ES** a coordenação das atividades de suas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados para os sistemas que acompanhem informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outras.

O **SICOOB CREDIROCHAS** responde solidariamente pelas obrigações contraídas pelo **SICOOB CENTRAL ES** perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações.

Saldos das transações da Cooperativa com a **SICOOB CENTRAL ES**:

24. Gerenciamento de Risco

O Sicoob Confederação, a partir de outubro/2018, implementou melhorias em suas metodologias internas de avaliação do risco de crédito de associados. As melhorias realizadas têm por objetivo o aperfeiçoamento do referido processo, em linha com os normativos regulatórios do Banco Central do Brasil – BCB.

A gestão integrada de riscos e de capital no âmbito das cooperativas do Sicoob é realizada de forma centralizada pelo Sicoob Confederação, abrangendo, no mínimo, os riscos de crédito, mercado, liquidez, operacional, socioambiental, continuidade de negócios e de gerenciamento de capital.

A política institucional de gestão integrada de riscos e de capital, bem como as diretrizes de gerenciamento dos riscos e de capital são aprovados pelo Conselho de Administração do Sicoob Confederação.

A estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e de capital é compatível com a natureza das operações e à complexidade dos produtos e serviços oferecidos, sendo proporcional à dimensão da exposição aos riscos das entidades do Sicoob.

Em cumprimento à Resolução CMN 4.557/2017, encontra-se disponível no sítio do Sicoob (www.sicoob.com.br) relatório descritivo da estrutura de gerenciamento de riscos e da estrutura de gerenciamento de capital.

24.1 Risco operacional

O processo de gerenciamento do risco operacional consiste na avaliação qualitativa dos riscos por meio das etapas de identificação, avaliação, tratamento, testes de avaliação dos sistemas de controle, comunicação e informação.

Os resultados desse processo são apresentados à Diretoria Executiva e ao Conselho de Administração.

A metodologia de alocação de capital, para fins do Novo Acordo da Basileia, utilizada para determinação da parcela de risco operacional (RWAopad) de cooperativas enquadradas no Segmento 4 é a Abordagem do Indicador Básico (BIA).

24.2 Risco de Mercado e de Liquidez

O gerenciamento do risco de mercado é o processo que visa quantificar a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes da flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pelas cooperativas, e inclui o risco da variação das taxas de juros e dos preços de ações, para os instrumentos classificados na carteira de negociação (trading) e o risco da variação cambial e dos preços de mercadorias (commodities), para os instrumentos classificados na carteira de negociação ou na carteira bancária (banking).

O processo de gerenciamento do risco de liquidez lida com a possibilidade de a cooperativa não ser capaz de honrar eficientemente suas obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, incluindo as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar suas operações diárias e sem incorrer em perdas significativas.

No processo de gerenciamento do risco de mercado e da liquidez das cooperativas são realizados os seguintes procedimentos:

a) utilização do VaR – Value at Risk para mensurar o risco de mercado das cooperativas;

b) análise de descasamentos entre ativos e passivos para avaliação de impacto na margem financeira das cooperativas;

c) definição de limite máximo para a exposição a risco de mercado;

d) realização periódica de backtest do VaR das carteiras das cooperativas e dos modelos de cálculo de risco de mercado;

e) definição de limite mínimo de liquidez para as cooperativas;

f) projeção do fluxo de caixa das cooperativas para 90 (noventa) dias;

g) diferentes cenários de simulação de perda em situações de stress.

24.3 Risco de Crédito

O gerenciamento de risco de crédito objetiva garantir a aderência às normas vigentes, maximizar o uso do capital e minimizar os riscos envolvidos nos negócios de crédito por meio das boas práticas de gestão de riscos.

Compete ao gestor centralizado (Sicoob Confederação) a padronização de processos, de metodologias de análises de risco de clientes e de operações, da criação e de manutenção de política única de risco de crédito para o Sicoob, além do monitoramento das carteiras de crédito das cooperativas.

24.4 Gerenciamento de capital

O gerenciamento de capital é o processo contínuo de monitoramento e controle do capital, mantido pela cooperativa para fazer face aos riscos a que está exposta, visando atingir os objetivos estratégicos estabelecidos.

24.5 Risco Socioambiental

O gerenciamento do risco socioambiental consiste na identificação, classificação, avaliação e no tratamento dos riscos com possibilidade de ocorrência de perdas decorrentes de danos socioambientais.

24.6 Gestão de Continuidade de Negócio

A Gestão de Continuidade dos Negócios (GCN) é um processo abrangente de gestão que identifica ameaças potenciais de descontinuidade das operações de negócios para a organização e possíveis impactos, caso essas ameaças se concretizem.

O Sicoob Confederação realiza Análise de Impacto (AIN) para identificar processos críticos sistêmicos, com objetivo de definir estratégias para continuidade desses processos e, assim, resguardar o negócio de interrupções prolongadas que possam ameaçar sua continuidade. O resultado da AIN é baseado nos impactos financeiro, legal e de imagem.

São elaborados, anualmente, Planos de Continuidade de Negócios contendo os principais procedimentos a serem executados para manter as atividades em funcionamento em momentos de contingência. Os Planos de Continuidade de Negócios são classificados em: Plano de Continuidade Operacional (PCO) e Plano de Recuperação de Desastre (PRD).

Anualmente são realizados testes nos Planos de Continuidade de Negócios para validar a efetividade.

25. Seguros contratados – Não auditado

A Cooperativa adota política de contratar seguros de diversas modalidades, cuja cobertura é considerada suficiente pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de sinistros. As premissas de riscos adotados, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de auditoria das demonstrações contábeis, consequentemente, não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

26. Patrimônio de Referência e demais limites operacionais

As instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil devem manter, permanentemente, o valor do Patrimônio de Referência (PR), apurado nos termos da Resolução CMN nº. 4.192, de 01/03/2013, compatível com os riscos de suas atividades, sendo apresentado abaixo cálculo dos limites:

Descrição	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio de Referência	83.671	81.162
Margem de Compatibilização	42.483	42.839
Índice da Basileia	24,38%	27,53%
Margem de Imobilização	39,293	37,780

27. Provisão para demandas judiciais

É estabelecida considerando a avaliação dos consultores jurídicos quanto às chances de êxito em determinados questionamentos fiscais e trabalhistas em que a cooperativa é parte envolvida. Dessa forma, são constituídas as seguintes provisões:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais	Provisão para Contingências	Depósitos Judiciais
Para Interposição de Recursos Fiscais - Lei 9.703/98 (a)	961	961	939	939
Para Interposição de Recursos Trabalhistas	80	52	100	43
Outros	122	347	130	203
TOTAL	1.163	1.360	1.169	1.185

(a) PIS e COFINS - Quando do advento da Lei nº 9.718/1998, a cooperativa entrou com ação judicial questionando a legalidade da inclusão de seus ingressos decorrentes de atos cooperados na base de cálculo do PIS e COFINS.

Segundo a assessoria jurídica do **SICOOB CREDIROCHAS**, existem processos judiciais nos quais a cooperativa figura como polo passivo, os quais foram classificados com risco de perda possível, totalizando R\$ 2.486 mil.

CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM-ES, 18 de janeiro de 2019

Fernando Poncio Paiva
Diretor Executivo
CPF: 876.076.547-04

Sebastião Carlos Soares Da Silva
Diretor Operacional
CPF: 342.815.097-04

Wanderson Vieira da Silveira
Contador CRC nº 016925/O-0-ES
CPF: 099.673.817-79

Relatório de Auditoria

Ao Conselho de Administração, à Administração e aos Cooperados da

Cooperativa de Crédito dos Proprietários da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcários do Estado do Espírito Santo – SICOOB CREDIROCHAS

Cachoeiro de Itapemirim/ES

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Cooperativa de Crédito dos Proprietários da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcários do Estado do Espírito Santo – SICOOB CREDIROCHAS, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do SICOOB CREDIROCHAS em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A administração da cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos

Relatório de Auditoria

requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional, e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos o risco de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, e conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos o entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam levantar dúvida significativa em relação a capacidade de continuidade operacional da cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as

divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte/MG, 13 de fevereiro de 2019.



Felipe Rodrigues Beiral
Contador CRC MG - 90.766/O-4
CNAI 2.994

Parecer do Conselho Fiscal

O Conselho Fiscal da **Cooperativa de Crédito dos Proprietários da Indústria de Rochas Ornamentais, Cal e Calcários do Estado do Espírito Santo - Sicoob Credirochas**, em cumprimento às disposições legais e estatutárias, examinou o Balanço Patrimonial, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2018. Com base nos exames efetuados, considerando, ainda, o parecer dos auditores externos - CNAC, datado de 13 de fevereiro de 2019, bem como as informações e esclarecimentos recebidos no decorrer do exercício, opina que os referidos documentos estão em condições de serem apreciados pela Assembleia Geral Ordinária.

Cachoeiro de Itapemirim/ES, 07 de março de 2019.

Jorge Mitsuo Hirata
Coordenador do Conselho Fiscal

Roney Guimarães Pereira
Secretário do Conselho Fiscal

José Onofre Lopes
Conselheiro Fiscal Efetivo

FALCÃO QUER ESCALAR VOCÊ.

PROMOÇÃO #VEMPROTIME

Abra sua conta pelo aplicativo **Faça Parte** com o código **#vemprotime**, e participe do sorteio que vai levar o Falcão pra jogar uma pelada com você, além de concorrer a doze camisas autografadas pelo craque.

Central de Atendimento Sicoob | Atendimento 24h | Capitais e regiões metropolitanas: 4000-1111 | Demais localidades: 0800 642 0000 | Ouvidoria Sicoob | Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h 0800 725 9996
www.ouvidoriasicoob.com.br | Deficientes auditivos ou de fala | Atendimento seg. a sex. de 8h às 20h | 0800 940 0458 | Demais serviços de atendimento | www.sicoob.com.br
Certificado de Autorização SEAE/MF N° 01.000747/2018. Consulte o regulamento no site www.sicoob.com.br/vemprotime.

Download on the App Store
GET IT ON Google Play

SICOOB
Faça parte.